

## Prefácio

O Instituto de Avaliação Educativa, I.P., (doravante IAVE) é o organismo que assegura a aplicação dos estudos internacionais de alunos em que Portugal participa. Esta missão específica constitui um dos pilares da atividade do IAVE, a par da área de atuação central inerente à avaliação externa de âmbito nacional. Em conjunto, as duas atividades complementam-se como instrumentos que asseguram uma avaliação do funcionamento do sistema educativo, na estrita dimensão da qualidade do desempenho dos alunos.

O PISA (*Programme for International Student Assessment*) é um estudo com periodicidade trienal que se realizou, pela primeira vez, em 2000. O PISA avalia as competências dos alunos de 15 anos de idade para usar, extrapolar e aplicar conhecimentos e capacidades em situações que visam reproduzir contextos próximos da realidade.

Em todos os ciclos, o PISA avalia três domínios – Leitura, Matemática e Ciências –, sendo avaliado um domínio principal em cada ciclo. Em 2015, na sexta edição do estudo, o domínio principal foi ciências. Além dos domínios referidos, o PISA também avalia domínios secundários (chamados domínios inovadores). No ciclo de 2015 os domínios secundários foram a literacia financeira e a resolução de problemas em contexto colaborativo (*collaborative problem-solving*). Em Portugal, os alunos apenas foram avaliados neste último domínio secundário, e os resultados desta avaliação serão conhecidos em 2017.

A particularidade de o público-alvo do PISA estar centrado numa determinada idade faz com que a composição da amostra integre alunos de diferentes anos de escolaridade. O ano modal, de acordo com o sistema educativo nacional, é o 10.º ano de escolaridade. Todavia, a percentagem de alunos amostrados a frequentar este ano de escolaridade está pouco acima dos 50%. Cerca de 22% dos alunos frequentavam o 9.º ano de escolaridade, estando os restantes repartidos, principalmente, pelos outros dois anos de escolaridade que integram o 3.º ciclo do ensino básico (7.º e 8.º anos) e por percursos curriculares não regulares.

Aquela composição da amostra, com algumas flutuações no peso relativo da percentagem de alunos em cada ano de escolaridade ao longo dos ciclos do PISA, tem mantido uma representação de alunos a frequentar o ano modal que não se distancia de valores na casa dos 50%. Este fator não deixa de condicionar negativamente os resultados médios nacionais e é o reflexo da persistência de taxas de retenção elevadas no nosso sistema de ensino.

À semelhança dos outros estudos de avaliação internacional de alunos em que Portugal participa, os testes PISA, a logística da sua aplicação e a recolha e análise de resultados obedecem a rigorosos procedimentos técnicos no plano da definição dos referenciais de avaliação e dos processos de amostragem das escolas e dos alunos. Ao completar a informação obtida através dos testes com a informação dos questionários aos alunos, aos pais e encarregados de educação, aos professores e aos diretores, é possível encontrar explicações para os resultados que são enquadradas por variáveis sociais, económicas e ambientais. A consideração dessas variáveis robustece as conclusões que se podem extrair da análise dos resultados.

A edição de 2015 contou com a participação de 72 países e economias de todos os continentes. Nesta edição do PISA, Portugal foi um dos 59 países ou economias que realizaram o teste também

em suporte digital, o que deve ser realçado como um passo no sentido de criar as condições para que as novas tecnologias da informação se afirmem cada vez mais no ensino, em geral, e na avaliação, em particular.

No que concerne aos resultados, Portugal tem tido um percurso muito positivo. Ao longo das seis edições do estudo, em todos os domínios, a tendência de evolução global dos resultados mostra-nos uma subida gradual, que também se reflete na melhoria da posição nacional no contexto dos países participantes e em relação ao resultado médio dos países da OCDE. É de salientar que, pela primeira vez, o resultado nacional nos três domínios está acima da média da OCDE: oito pontos em Ciências, cinco pontos em Leitura e dois pontos em Matemática (diferença não significativa). Portugal integra um lote muito restrito de países da OCDE que evidenciaram uma progressão positiva, bastante expressiva, ao longo das seis edições do estudo.

As evidências que os resultados do PISA nos mostram revestem-se de especial significado se se considerar que o referencial da avaliação se centra na capacidade de os alunos usarem o que aprenderam em contextos próximos da realidade. Esta dimensão do quadro de referência, usado nas avaliações do PISA, permite a geração de resultados que nos dão uma visão mais realista do potencial das escolas portuguesas no desenvolvimento das competências que permitirão aos alunos alcançar mais sucesso nos seus percursos académicos ou profissionais.

A par dos outros estudos em que atualmente o país participa, o PISA permite, no domínio da educação, dispor de um manancial de informação que justifica investir numa análise de qualidade, que não se esgota nos relatórios nacionais, como o que aqui se apresenta.

As informações agora recolhidas constituem uma ferramenta insubstituível na definição de medidas de política que, assentes numa adequada e necessária regulação externa do sistema educativo, permitam continuar os percursos de melhoria dos resultados e, conseqüentemente, sejam capazes de promover um sucesso educativo sustentável.

**Helder Sousa**

Presidente do Conselho Diretivo do IAVE, I.P.

Representante Nacional no *PISA Governing Board*